

Saúde - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

Aviso

Abertura de procedimento concursal para o preenchimento de quatro postos de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)

1. Nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 29 de outubro de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de quatro postos de trabalho no Mapa de Pessoal para 2018 do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP (INSA, IP), na categoria/carreira de técnico superior.

2. Legislação aplicável: Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo.

3. Local de Trabalho: INSA, IP, Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa.

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de quatro postos de trabalho no Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis, do Mapa de Pessoal para 2018 do INSA, IP, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40º e seguintes da LTFP.

5. Conteúdo funcional dos lugares a prover: funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas do Departamento; funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; representação do Departamento em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro.

7. Caracterização sumária das funções por posto de trabalho:

Ref. DPS-A – 1 posto de trabalho:

Assegurar a coordenação e execução laboratorial do Estudo Português de Hipercolesterolemia Familiar e sua base de dados. Implementar e executar novas metodologias de análise de dados genómicos/transcriptómicos e interpretação de variantes na área da dislipidemia. Desenvolver investigação sobre a identificação e

caracterização de novos genes/mecanismos como causa da dislipidemia severa em doentes com diagnóstico de Hipercolesterolemia Familiar. Elaborar protocolos de investigação e propostas de financiamento a entidades externas. Redigir relatórios/artigos de investigação

Ref. DPS-B – 1 posto de trabalho:

Desenvolver, implementar e executar métodos para análise genómica e outras ómicas, associadas a patologias crónicas e/ou à eficiência de terapêutica farmacológica e ocorrência de reações adversas. Realizar análise bioinformática e de redes de regulação genómica. Integrar dados multifactoriais de investigação etiológica e fisiopatológica deste tipo de doenças, nomeadamente na área das patologias do neurodesenvolvimento e autismo. Elaborar protocolos de investigação e propostas de financiamento a entidades externas. Redigir relatórios/artigos de investigação.

Ref. DPS-C – 1 posto de trabalho:

Desenvolver atividades e projetos no âmbito da etiologia e patofisiologia de patologias do neurodesenvolvimento e autismo, com implementação e execução de métodos moleculares e abordagens bioinformáticas. Implementar e gerir de bases de dados relativas aos projetos referidos. Realizar análise integrada de dados biológicos, clínicos e de imagem cerebral de amostras populacionais de doentes e controlos. Elaborar protocolos de investigação e propostas de financiamento a entidades externas. Redigir relatórios/artigos de investigação.

Ref. DPS-D – 1 posto de trabalho:

Desenvolver atividades e projetos no âmbito das patologias crónicas de elevada prevalência, nomeadamente das perturbações do neurodesenvolvimento e autismo. Analisar o impacto de interações entre variantes genéticas e factores ambientais e de estilos de vida nestas patologias, através de análise integrativa de dados biológicos e ambientais. Colaborar no desenvolvimento de plataformas electrónicas de inquéritos para colheita de dados ambientais e em georeferenciação. Elaborar protocolos de investigação e propostas de financiamento a entidades externas. Redigir relatórios/artigos de investigação.

9. Habilitações literárias exigidas:

Ref. DPS-A – Licenciatura em Química

Ref. DPS-B – Licenciatura em Biologia Aplicada

Ref. DPS-C – Licenciatura em Biologia

Ref. DPS-D – Licenciatura em Biologia

10. Posição remuneratória: 2ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior

11. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

11.1. Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3º da Lei nº112/2017, de 29 de dezembro.

11.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17º da LTFP:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

11.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 9. do presente aviso.

11.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do nº 2 do artigo 8º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro.

12. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

12.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na BEP e na página eletrónica do INSA, IP.

12.2. Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na página eletrónica do INSA, IP, não sendo admitidas candidaturas remetidas por via eletrónica.

12.3. As candidaturas são obrigatoriamente apresentadas em suporte de papel e entregues até ao termo do prazo fixado:

- Diretamente no serviço de expediente, na morada indicada no ponto 3, com indicação exterior de “Procedimento concursal PREVPAP– (OE0000, Refª X)”, no período compreendido entre as 09H30M e as 16H30M; ou,

- Através de correio registado e com aviso de receção, para a morada indicada no ponto 3, situação em que se atenderá à data do respetivo registo, endereçado à Direção de Gestão de Recursos Humanos, com indicação exterior de “Procedimento concursal PREVPAP– (OE0000, Refª X)”;

12.4. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000, Refª X); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário.

12.5. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Certificado de Habilitações;

- b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
- c) Currículo detalhado e atualizado;
- d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos quatro anos, se aplicável.
- e) Declaração do candidato a dar consentimento ao INSA, IP, para que as notificações no âmbito do presente procedimento possam ser efetuadas por correio eletrónico, conforme disposto no artigo 63º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

12.6. Nos termos do disposto no nº 9 do artigo 28º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação do documento referido na alínea a) determina a exclusão dos candidatos.

13. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular

14.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso.

14.2. São motivos de exclusão do presente procedimento:

- a) A não detenção dos requisitos gerais ou especiais;
- b) A incorreta formalização da candidatura;
- c) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na aplicação do método de seleção “avaliação curricular”;

14.3. Classificação final (CF): a classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas;

14.4. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular é efetuada através de lista, afixada em local visível e público nas instalações do INSA, IP, e na sua página eletrónica.

14.5. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação do método de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos nºs 7 e 8 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro.

14.6. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

14.7. A lista de classificação final é publicada na página eletrónica do INSA, IP após aplicação do método de seleção.

14.8. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

15. Composição e identificação do júri:

Presidente:

- Astrid Carolina Lentz Moura Vicente, investigadora principal da carreira de investigação científica, coordenadora do Departamento

Vogais efetivos:

- Mafalda Vieira da Rocha Peixoto e Bourbon Sampaio Pimentel, investigadora auxiliar da carreira de investigação científica (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

- Sandra Marisa Lourenço Gomes Pimenta, técnica superior carreira geral técnica superior

Vogais suplentes:

- Maria Luis Moral Westerman Cardoso, farmacêutico assessor sénior da carreira especial farmacêutica

- Teresa Maria Miguéns Sousa Machado Caldas de Almeida, assistente graduada da carreira especial médica.

16. A lista de classificação final, após homologação, é publicada na BEP, afixada em local público e visível das instalações do INSA, IP e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do nº 6 do artigo 36º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

17. Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica do INSA, IP.

Lisboa, 16 de novembro de 2018

Fernando de Almeida

Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP